



ILUSTRE SENHOR PREGOEIRO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90013/2024 DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE

Pregão Eletrônico nº 90013/2024

G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.094.346/0001-45, sediada no SCN Quadra 2, Bloco “A”, Sala 602, Ed. Corporate Financial Center, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.712-900, vem, respeitosamente, com fulcro no Edital, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** no bojo da Licitação Eletrônica nº 90013/2024, em face da decisão que declarou a Algar TI Consultoria S/A como vencedora do certame.

I – TEMPESTIVIDADE

O prazo conferido pelo órgão para a apresentação das razões recursais, conforme delimitado pelo Edital, se encerra no dia 07/01/2024. Como o protocolo do presente recurso observa o mencionado prazo, esse deve ser tido por tempestivo.

II – SÍNTESE DA DEMANDA

Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, promovido e organizado pelo FNDE e que tem como objeto a *“contratação de serviços de apoio técnico especializado às atividades de gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação”* (item 1.1. do edital).

Encerrada a etapa de lances, foi proferida decisão pelo pregoeiro, habilitando e declarando a 2ª colocada, a empresa Algar TI Consultoria S/A DF, ora Recorrida, como vencedora do certame em debate.

Contudo, como será abordado a seguir, a planilha de formação de preços apresentada pela empresa contém diversos erros na aplicação das alíquotas, em desacordo com a legislação vigente. Além disso, todas as fórmulas utilizadas na elaboração da planilha foram ocultadas, possivelmente para encobrir os números equivocados, o que demanda a necessária reforma da decisão proferida, sob pena de violação às previsões editalícias e aos preceitos que regem a Administração Pública.



Brasília - DF, 70712-900
SCN Q 2 BL A - Asa Norte,
Corporate Financial Center
Sala 602 – 603

61 3773-2000
contato@g4f.com.br
www.g4f.com.br

III – DOS MOTIVOS PARA REFORMA DA DECISÃO RECORRIDA

III.I – Da inobservância do art. 7º da Lei nº 12.546/2011, que regulamenta o benefício da desoneração da folha de pagamento

A licitante apresentou sua proposta e planilha de custos em 09/12/2024, considerando a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), com base na alíquota vigente naquele momento, nos termos do art. 7º da Lei nº 12.546/2011.

Ocorre que, considerando a data da licitação, o contrato a ser firmado com o FNDE somente teria início em 2025, quando, conforme a nova legislação, a CPRB será calculada com 80% da alíquota atual (por exemplo, $4,5\% \times 80\% = 3,6\%$), enquanto a Contribuição Patronal Previdenciária (CPP) será aplicada em 25% da alíquota usual ($20\% \times 25\% = 5\%$). Dessa forma, a proposta da licitante não reflete os percentuais corretos para o período em que o contrato será executado, estando, portanto, em desacordo com a lei.

Em complemento, a proposta da licitante afronta o próprio edital, pois, foram publicadas diversas respostas a esclarecimentos, as quais possuem caráter vinculante ao edital, a proposta das concorrentes já deveria prever integralmente em sua composição de custos todo o regime de transição para todo o período contratual. Confira-se a resposta emitida no dia 18/11/2024, às 22h03, nos avisos:

Com a entrada em vigor da Lei nº 14.973, de 16 de setembro de 2024, que estabelece novas proporções para a substituição da alíquota de desoneração, gostaria de confirmar se as empresas devem realizar suas cotações considerando a oneração parcial para o ano de 2025.

O artigo 9º-A da referida lei prevê que, entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2025, as empresas podem optar por contribuir sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição parcial às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, sendo tributadas de acordo com as seguintes proporções:

I – de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2025: a) 80% (oitenta por cento) das alíquotas estabelecidas nos arts. 7º-A e 8º-A desta Lei; e b) 25% (vinte e cinco por cento) das alíquotas previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

II – de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2026: a) 60% (sessenta por cento) das alíquotas previstas nos arts. 7º-A e 8º-A desta Lei; e b) 50% (cinquenta por cento) das alíquotas previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

III – de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2027: a) na proporção de 40% (quarenta por cento) das alíquotas previstas nos arts. 7º-A e 8º-A desta Lei; e b) 75% (setenta e cinco por cento) das alíquotas previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.



Dessa forma, é correto afirmar que as empresas que se enquadram nas condições mencionadas devem considerar a contribuição sobre a receita bruta com as alíquotas reduzidas, conforme as proporções estabelecidas para os anos em questão?

Resposta do pregoeiro: A proposta das empresas licitantes já deve prever integralmente em sua composição de custos todo o regime de transição para todo o período contratual, considerando-se que já se trata de fato certo e conhecido por todos conforme previsão legal. Ainda assim, cabe destacar que este FNDE não pode indicar ou orientar que valor a empresa deve apresentar na sua proposta de preços, sendo uma liberdade da licitante apresentar na sua proposta o valor que quiser.

Ou seja, a licitante deveria apresentar sua proposta já prevendo que toda a execução do contrato será realizada em conformidade com a alíquota prevista para o ano de 2025, qual seja, 5% a título de Contribuição Patronal Previdenciária (CPP), o que não foi observado pela Algar.

Convém rememorar que os esclarecimentos prestados em licitação possuem caráter vinculativo tanto para a Administração quanto para os licitantes. Nesse sentido, confira os precedentes do TCU e judicial:

Os esclarecimentos prestados administrativamente possuem natureza vinculante para todos os licitantes, não sendo possível admitir, quando da análise das propostas, interpretação distinta, sob pena de violação ao instrumento convocatório (dentre outros, Acórdãos 130/2014, ministro relator José Jorge, e 299/2015, ministro relator Vital do Rêgo, ambos do Plenário).

TCU - ACÓRDÃO 179/2021 – PLENÁRIO

“MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. OBRAS PARA A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO. FALTA DE MOTIVAÇÃO DO ATO EMANADO DO SR. MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. DECADÊNCIA DO DIREITO DE IMPUGNAR O EDITAL. LITISPENDÊNCIA. PRELIMINARES AFASTADAS. RECURSO ADMINISTRATIVO PROVIDO PARA INABILITAR O CONSÓRCIO FORMADO PELAS IMPETRANTES. INOBSERVÂNCIA DAS NORMAS DE REGÊNCIA DA LICITAÇÃO EM COMENTO. ESCLARECIMENTOS PRESTADOS PELA COMISSÃO DE LICITAÇÃO EM COMPLEMENTO AO EDITAL 2/2007. CARÁTER VINCULANTE. ALTERAÇÃO DAS REGRAS NO MOMENTO DA APRECIACÃO DO RECURSO ADMINISTRATIVO. IMPOSSIBILIDADE. SEGURANÇA CONCEDIDA.

(...)

10. Quanto ao caráter vinculante dos esclarecimentos prestados, ressalta o doutrinador Marçal Justen Filho que "é prática usual, fomentada pelo próprio art. 40, inc. VIII, que a Administração forneça esclarecimentos sobre as regras editalícias. A resposta formulada administrativamente apresenta cunho vinculante para todos os envolvidos, sendo impossível invocar o princípio da vinculação ao edital para negar eficácia à resposta apresentada pela própria Administração". Acrescenta, ainda, que "a força vinculante da resposta ao pedido de esclarecimento envolve as hipóteses de interpretação do edital. Ou seja, aplica-se quando há diversas interpretações possíveis em face do ato convocatório. Se a Administração escolhe uma ou algumas dessas interpretações possíveis e exclui outras (ou todas as outras), haverá



vinculação" ("Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos". 11ª ed., São Paulo: Dialética, 2005, pp. 402/403).

11. Sobre o assunto, já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que "a resposta de consulta a respeito de cláusula de edital de concorrência pública é vinculante; desde que a regra assim explicitada tenha sido comunicada a todos os interessados, ela adere ao edital" (REsp 198.665/RJ, 2ª Turma, Rel.Min. Ari Pargendler, DJ de 3.5.1999).

(...)

15. Caso a Administração, posteriormente, concluísse pela inadequação do critério adotado para a demonstração da qualificação técnica dos participantes do certame, não haveria óbice a que procedesse à alteração das condições estabelecidas, desde que desse publicidade a tal ato, abrindo novo prazo para possibilitar aos licitantes a adaptação das propostas a serem apresentadas. O que não é possível é ignorar as regras por ela mesma impostas e que orientaram os licitantes na elaboração de suas propostas.

(...)"

(MS 13.005/DF, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/10/2007, DJe 17/11/2008)

Destarte, uma vez prestado o esclarecimento, seus termos aderem ao edital, e a Administração Pública não deve olvidá-los, sob pena de violação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e da isonomia.

Em complemento, o art. 5º da Lei nº 14.133/2021 consagra os princípios regentes das licitações públicas, dentre eles o da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e da igualdade, *in verbis*:

Art. 5º. Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

O princípio do julgamento objetivo estabelece que a Administração está impedida de utilizar critérios diferentes daqueles prévia e objetivamente definidos no edital, de forma a proferir julgamento que não se coaduna com as próprias diretrizes que traçou para a licitação.

Já o princípio da vinculação ao instrumento convocatório constitui verdadeiro sistema de freios e contrapesos à discricionariedade da autoridade julgadora e trata-se de garantia tanto para a licitante quanto para o administrador de que as regras estabelecidas para condução de toda a competição serão as mesmas para todos, não podendo ser desrespeitadas, quer por um, quer pelo outro, sob pena de o procedimento se tornar inválido e suscetível de correção tanto pela Administração, quanto pelo Judiciário.



Nesse sentido, aponta a uníssona jurisprudência da Corte de Contas da União quanto ao princípio de vinculação ao Edital. Veja-se:

(...) 21. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório impõe a fiel observância às disposições editalícias, não permitindo à comissão de licitação ou ao pregoeiro deliberar de forma desatrelada das normas que regem o certame (Acórdão 4.550/2020, Plenário, rel. Min. Marcos Bemquerer);

E, para que seja assegurada aos particulares a igualdade de competição, é mandatória a fiel observância e obediência às regras estipuladas no edital da licitação, as quais se prestam a conferir um tratamento isonômico no julgamento das propostas de todos os interessados. Somente assim é possível à Administração a escolha da proposta que lhe é mais vantajosa.

No presente caso, ao acatar a planilha da Recorrida, a decisão que classificou a proposta da empresa Algar incorreu em grave ofensa aos princípios supracitados, principalmente o da isonomia, uma vez que, ao esclarecer, mais de uma vez inclusive, que as propostas deveriam prever integralmente em sua composição de custos as alíquotas estabelecidas pela Lei nº 14.973, de 16 de setembro de 2024 para todo o período contratual, não poderia acatar planilha de preços que apresentasse valor diferenciado nesse quesito.

Isso porque, além de estar em desacordo com o edital, a Recorrida se beneficiou indevidamente e injustamente de alíquota menor em detrimento do percentual correto observado pelas demais licitantes e previsto em edital. Caso a Recorrente soubesse, portanto, que seria acatada a alíquota máxima de desoneração, referente ao ano de 2024, poderia ter apresentado proposta muito menor no certame, o que não o fez, em respeito à lei e às normas regentes deste pregão.

Veja-se que não se trata apenas de uma proposta inexecutável, uma vez que não se sustenta ao longo do tempo, mas que também afronta a lei, o edital e a isonomia do próprio certame. Dessa forma, deve ser reformada a decisão recorrida, de forma a desclassificar a proposta da empresa Algar, em observância às normas do edital, bem como aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e da isonomia.

III.II – Da alíquota incorreta aplicada para férias e adicional de férias

Na planilha apresentada pela licitante, no Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários, foram identificadas inconsistências na aplicação das alíquotas. A empresa utilizou um percentual próprio, sem qualquer explicação ou justificativa legal, em itens que deveriam seguir os parâmetros estabelecidos.



De acordo com a legislação vigente, os percentuais corretos são:

-Férias e adicional de férias: $8,33\% + 3,77\% = 12,10\%$

-Incidência do Submódulo 2.2 sobre o Submódulo 2.1: 3,85%

Entretanto, a licitante aplicou uma alíquota de 4,64% para férias e adicional de férias, sem justificar a alteração ou apresentar qualquer embasamento legal que sustente essa modificação.

Diante dessa alteração, a licitante beneficia-se de um valor inferior na composição de preços, pois o total das rubricas fica reduzido, conforme demonstrado abaixo:

TOTAL CORRETO: 24,48%

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais, Diários			
Submódulo 2.1 - 13º salário, férias e adicional de férias			
13º salário	8,33%	R\$	1.109,89
Férias e adicional de férias	12,10%	R\$	1.612,20
Subtotal Submódulo 2.1	20,43%	R\$	2.722,09
Incidência Submódulo 2.2 sobre o Submódulo 2.1	4,05%	R\$	538,98
Total Submódulo 2.1	24,48%	R\$	3.261,07

TOTAL APRESENTADO PELA ALGAR: 12,97%

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais, Diários			
Submódulo 2.1 - 13º salário, férias e adicional de férias			
13º salário	8,33%	R\$	1.110,33
Férias e adicional de férias	4,64%	R\$	618,53
Subtotal Submódulo 2.1	12,98%	R\$	1.728,86
Férias e adicional de férias	0,00%	R\$	-
Total Submódulo 2.1	12,98%	R\$	1.728,86

Essa discrepância resulta em uma vantagem indevida para a licitante, uma vez que o valor calculado com base nas alíquotas incorretas é inferior ao exigido pela legislação e pelo edital. Tal discrepância foi apontada na Nota Técnica nº 4529801/2024/CGGOV/DIRTI, porém foi acatada pela Administração sem qualquer ressalva.

Com efeito, o item 8.7 do edital estabelece a obrigatoriedade do licitante de apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a **integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas**:



8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Ora, não há como admitir como verdadeira a declaração, nem apta a proposta, se não compreendeu a totalidade dos custos para atendimento às leis trabalhistas.

Dessa forma, além de ser indício de inexecutabilidade, a proposta apresentada confronta disposição constitucional sobre pagamento das férias dos empregados, bem como a CLT e o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, não podendo persistir a classificação de sua proposta.

III.III – Da ausência de demonstração dos custos relacionados aos equipamentos e softwares necessários para a execução dos serviços

Outro ponto crítico identificado na planilha de custos apresentada pelo licitante é a ausência de demonstração dos custos relacionados aos equipamentos e softwares necessários para a execução dos serviços.

Conforme disposto no item 6.2.1 do edital, os serviços poderão ser prestados de forma remota, híbrida ou presencial, a concurso do FNDE, variando conforme os requisitos específicos de cada item. Além disso, estima-se que 80% dos profissionais exercerão suas funções remotamente, enquanto os 20% permanecerão atuando presencialmente nas dependências do contratante.

Nesse contexto, é indispensável que a licitante preveja em sua planilha de custos equipamentos, softwares e estações de trabalho para os profissionais que trabalharão remotamente, além de considerar as demandas mínimas de equipamentos para os profissionais presenciais, ainda que em menor proporção, o que não ocorreu no presente caso, estando zerada a planilha da empresa em relação a esses itens.

III.IV – Da incorreta alíquota de ISS utilizada na elaboração da planilha de custos

Após a análise da proposta da Recorrida, constatou-se que os valores apresentados são incompatíveis com a legislação tributária aplicável, conforme se passa a demonstrar.

A Recorrida considerou, para composição de sua planilha de custos, **a alíquota de 2%** (dois por cento) de ISS. No entanto, a alíquota em questão não é aplicável ao objeto da presente licitação, que visa à **contratação de empresa para fornecimento de postos de**



serviço, ou seja, alocação de mão de obra com dedicação exclusiva. Nesse sentido, a resposta a esclarecimento fornecida nesta licitação:

Esclarecimento solicitado:

Da não bitributação: entendemos que, para essa licitação, irá incidir o ISS (mas o TR exige regularidade estadual; verificar com DCINT) para faturamento dos serviços, sendo o referido tributo devido e recolhido na cidade do estabelecimento do prestador dos serviços e domicílio da Licitante, e portanto, não haverá retenção de ISS na cidade da CONTRATANTE, de acordo com o que dispõe a Lei Complementar 116/2003. Está correto o nosso entendimento? Caso contrário, solicitamos a gentileza de esclarecer e informar com base em qual fundamentação e legislação se aplica o entendimento da CONTRATANTE.

Resposta do pregoeiro:

“O entendimento NÃO está correto. Apesar de o art. 3º da Lei Complementar 116/2003 estabelecer que, como regra, os tributos sejam devidos e recolhidos na cidade do estabelecimento do prestador dos serviços, em sua parte final o mesmo dispositivo estabelece algumas exceções, como é o caso de fornecimento de mão-de-obra, ocasião em que o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador de mão-de-obra.

“Art. 3º O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local:
(...)

XX – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;
(...)

17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.”



Portanto, em que pese a contratação ser referente a Serviços de informática e congêneres, informa-se que na presente contratação há predominância do Fornecimento de mão-de-obra, de modo que o recolhimento será devido no local do estabelecimento do tomador da mão de obra (exceção) e NÃO na cidade do estabelecimento de prestação dos serviços (regra).”

Extraí-se do esclarecimento prestado a confirmação de que o código para apuração do ISS neste contrato é de 17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço, o que impõe a utilização da alíquota de 5%.

Cabe destacar que, em outros certames, como o Pregão Eletrônico nº 90014/2024, realizado pelo FNDE, cujos objetos são semelhantes ao presente, a alíquota de 5% foi corretamente aplicada, em consonância com a natureza dos serviços prestados e com a normativa municipal. Portanto, a alíquota de 5% deveria ter sido considerada pela licitante em sua proposta, o que garantiria a conformidade da planilha de custos com a legislação aplicável.

A Recorrida, ao utilizar indevidamente a alíquota de 2% para o ISS, faz uso de artifícios ilícitos para se sagrar vencedora do certame, com o único objetivo de apresentar um preço artificialmente reduzido e, assim, obter vantagem competitiva indevida. Tal prática constitui flagrante descumprimento das normas tributárias brasileiras, comprometendo a legalidade e a lisura do processo licitatório e expondo o FNDE a riscos fiscais e operacionais.

Importante ressaltar que a aplicação incorreta da alíquota de ISS compromete a exequibilidade da proposta, uma vez que os valores apresentados pela Recorrida estão subestimados. O Tribunal de Contas da União (TCU), em sua jurisprudência, determina que:

Acórdão nº 1.612/2022 - Plenário:

"A compatibilidade entre os valores ofertados e os custos efetivos de tributos incidentes é condição indispensável para a habilitação de propostas em licitações públicas."

Acórdão nº 2.327/2010 - Plenário:



"É dever do gestor público verificar a conformidade dos tributos utilizados na formação dos preços, especialmente em contratações com dedicação exclusiva de mão de obra."

Acórdão nº 2.346/2013 - Plenário:

"A composição de preços deve refletir os custos reais de execução do contrato, incluindo todos os encargos legais e tributários, sob pena de desclassificação por inexecutabilidade."

Assim, ao adotar uma alíquota incorreta de 2% em vez da alíquota de 5% aplicável, a proposta da Recorrida torna-se artificialmente mais vantajosa, violando os princípios da isonomia, competitividade e exequibilidade.

Portanto, diante das evidências de descumprimento legal e das graves consequências de aceitar uma proposta tributariamente irregular, a classificação da empresa Recorrida deve ser imediatamente revista, pois a continuidade de sua participação comprometeria não apenas a conformidade do processo licitatório, mas também a integridade e os interesses da Administração Pública, que deve zelar pela legalidade, pela igualdade entre os licitantes e pela correta execução contratual.

Caso assim não se entenda de imediato, é imperativo que a licitante ajuste sua planilha de custos, corrigindo a alíquota do ISS para 5%, a fim de garantir que sua proposta esteja de acordo com a legislação do município e com os parâmetros adotados em outros certames.

III.V – Da inexecutabilidade da proposta da Recorrida

Considerando todas as alterações que a licitante precisará realizar na planilha de preços para alcançar o valor total anual de R\$ 9.695.999,76 (nove milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, novecentos e noventa e nove reais e setenta e seis centavos), que foi o lance ofertado durante o certame, tendo em vista que são valores e percentuais expressivos para uma boa execução do contrato, pois terá que realizar ajuste sobre INSS, CPRB, férias e adicional de férias, Incidência Submódulo 2.2 sobre o Submódulo 2.1, observa-se que o percentual de custos indiretos ficará com sua alíquota zerada e a taxa de lucro apresentará um percentual negativo de -1,37%. Ou seja, o contrato ficará deficitário, tornando sua proposta inexecutável.

Outro ponto relevante é que a licitante recorrida excluiu todas as fórmulas de sua planilha ao enviá-la, manipulando os valores para adequar sua proposta, que é claramente inexecutável. Essa atitude evidencia a intenção de ludibriar o pregoeiro e a equipe de apoio,



mascarando e alterando rubricas importantes, como as incidências sobre o módulo e outras modificações relevantes.

Para facilitar o entendimento desta comissão, encaminha-se anexa a planilha comparativa entre o preço ofertado e o preço correto. Todas essas afirmações e cálculos estão fundamentados na Instrução Normativa nº 05/2017 e na Lei nº 14.973, de 16 de setembro de 2024, que estabelece a reoneração gradual da folha de pagamento para setores anteriormente beneficiados pela desoneração.

Saliente-se ainda que, embora a empresa tenha apresentado um fator-K acima do exigido pelo edital, esse fator é apenas um balizador para fins de análise da proposta das concorrentes, mas não pode ser utilizado como base única para exame da exequibilidade das propostas. Nesse sentido, o item 7.9 do edital dispõe que o FNDE deverá promover uma **análise crítica da composição de preços unitários e globais** ofertados pelos licitantes, com base na avaliação da memória de cálculo de composição de custos e formação de preços dos serviços e análise do fator-k:

7.9. Tendo em mãos todas as informações julgadas necessárias, o CONTRATANTE promoverá análise crítica da composição de preços unitários e globais ofertados pelos licitantes, com base na avaliação da memória de cálculo de composição de custos e formação de preços dos serviços e análise do fator-k (relação entre remuneração e custos totais) dos perfis profissionais listados.

7.9.1. É de inteira responsabilidade dos LICITANTES prover as informações para composição de sua memória de cálculo e as informações/documentos complementares exigidos em procedimento de diligência. Não lhe cabendo alegar desconhecimento dos critérios de análise da PROPOSTA.

Por isso é que não se pode considerar tal fator como única base para classificação da proposta da Recorrida, devendo esta comprovar, de forma inequívoca, que, adequando sua proposta às normas regentes e ao edital, conseguirá manter os preços propostos sem que esta se torne inexecutável, o que, por todo o exposto, não será possível à Recorrida, impondo sua desclassificação no certame.

IV – CONCLUSÃO





Pelo exposto, requer a reforma da decisão que declarou a empresa Algar TI Consultoria S/A DF como vencedora do certame, para desclassificar sua proposta, convocando as demais licitantes para apresentação de propostas.

Termos em que pede deferimento.
Brasília, 7 de janeiro de 2025.

G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA
Matheus Falcão Lacerda
Diretor de Negócios



Brasília - DF, 70712-900
SCN Q 2 BL A - Asa Norte,
Corporate Financial Center
Sala 602 – 603

61 3773-2000
contato@g4f.com.br
www.g4f.com.br